

Características sintáticas e semânticas de pronomes pseudoanafóricos no português brasileiro

Syntactic and semantic characteristics of pseudo-anaphoric pronouns in Brazilian Portuguese

Janayna Maria da Rocha Carvalho*

RESUMO: Este artigo discute sentenças em que pronomes pessoais são, aparentemente, usados como anáforas no português brasileiro (PB). Referimo-nos a esses pronomes como pseudoanafóricos. O artigo se inicia com a discussão de algumas perspectivas prévias para o fenômeno. Em seguida, argumentamos que os pronomes pseudoanafóricos se comportam como anáforas quasi-reflexivas semanticamente, seguindo a tipologia de Lidz (2000, 2001). Em relação aos aspectos sintáticos, mostramos que, para que a leitura pseudoanafórica ocorra, os pronomes devem estar dentro do mesmo CP, mas em núcleos ou projeções separadas. Discutimos, brevemente, a natureza dessa condição de localidade e apontamos questões futuras de trabalho que ela impõe.

PALAVRAS-CHAVE: pronomes pessoais, anáforas, sentenças reflexivas.

ABSTRACT: This article analyzes sentences in which personal pronouns are apparently used as anaphors in Brazilian Portuguese. We call these pronouns pseudo-anaphors. We start our discussion by presenting some previous works on this matter. We then show that pseudoanaphoric pronouns behave similarly to quasi-reflexive anaphors, following Lidz's (2000, 2001) proposals about this type of anaphors in Kannada. Regarding the syntactic properties of pseudo-anaphors, we show that this pronoun must be in a different projection than its antecedent, but they both must be inside the same CP. We discuss the nature of this locality condition and point out some aspects of these sentences that must be addressed in future research.

KEYWORDS: personal pronouns, anaphors, reflexive sentences.

* Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora pela Universidade de São Paulo, e-mail para contato: janaynacarvalho@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2353-1336>

1 Introdução¹

Este texto retoma uma discussão da literatura brasileira dos anos 80 sobre a possibilidade ou não de leitura reflexiva para pronomes de 3^a pessoa no português brasileiro (doravante PB). Para facilidade de referência, chamaremos esses pronomes de pseudoanáforicos (ou variações como ‘pronomes em leitura pseudoanáforica’) no decorrer desse texto, sem menção à pessoa gramatical do pronome, salvo quando a discussão reporta abordagens que argumentam especificamente sobre pronomes de 3^a pessoa, como as que serão discutidas nas seções 1 e 2 deste trabalho.²

Moreira da Silva (1983), ao discutir o sistema reflexivo do português brasileiro (PB), assume que as anáforas dessa língua – *se* e suas variantes – não são mais ativas para alguns falantes do dialeto mineiro (o autor incluso). Segundo o autor, embora um grupo de falantes reconheça *se* como uma anáfora, ela seria, para esses falantes, uma instância de linguagem literária. Na fala cotidiana, tais formas seriam substituídas por pronomes de 3^a pessoa, tal como ilustrado em (1).

(1) João_i vê ele_i no espelho. (MOREIRA DA SILVA, 1983, adaptado)

Em (1), o pronome *ele*, que está aparentemente na posição de objeto direto, aparece coindexado com João, o sujeito da oração. Estando o DP *João* e o pronome *ele* no mesmo domínio oracional e em uma relação de c-comando, o pronome *ele* estaria ligado na menor oração que o contém. Isso é o contrário do

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no *Workshop on Subject and Clausal Structure* em novembro de 2019 em Florianópolis. Agradeço à audiência presente no evento e, em especial, à Patrícia Rodrigues (UFPR). Agradeço também a Jairo Nunes e Giuseppe Varaschin que leram um manuscrito que se originou daquela apresentação. O presente trabalho tem muitas modificações em relação àquele manuscrito original, mas não teria avançado sem a discussão com todas essas pessoas. Os erros remanescentes são de minha responsabilidade. Este trabalho conta com apoio do CNPq (437121/2018-6), agência a que agradeço.

² Embora o debate da literatura inicial tenha se circunscrito a pronomes de 3^a pessoa do singular, não é óbvio que somente esses pronomes possam ser pseudoanáforicos. Pronomes como *você* foram encontrados por nós com o mesmo uso e seguindo as mesmas restrições sintáticas e semânticas discutidas e aparecerão mais à frente na discussão. Portanto, nossa opção no momento é chamar esses pronomes somente de pseudoanáforicos sem menção à pessoa gramatical do pronome, salvo casos em que retomamos os argumentos de outros autores.

que é postulado pelo Princípio B, que regula a distribuição de pronomes, e coincidente com o Princípio A, que regula a distribuição de anáforas. Em outras palavras, o pronome *ele*, no exemplo em (1), estaria se comportando tal como uma anáfora se comporta, muito embora o PB tenha uma anáfora específica: o clítico *se* e suas variações.

Fica claro, então, que a aceitabilidade (e, por extensão, gramaticalidade) de uma sentença como (1) levanta muitas questões sobre a distribuição entre anáforas e pronomes no PB. Cabe ainda ressaltar que, de acordo com a intuição de Moreira da Silva (1983), não é necessária a presença do intensificador *mesmo* para que a interpretação reflexiva de *ele* se obtenha em (1).

Confrontados com um dado como (1), uma primeira tentativa de análise para o fenômeno é assumir que *ele* em (1) é uma anáfora homônima ao pronome pessoal de 3ª pessoa do singular. Como veremos na seção 2, essa é a hipótese de Lemle (1985). Essa hipótese, contudo, já nos traz alguns problemas iniciais. Mesmo para falantes que usam a anáfora *se*, (1) é julgada como uma sentença possível. E até onde sabemos, nenhum falante usa *ele* e suas formas flexionadas como anáforas em geral PB.

Todavia, parece haver também questões de predicação envolvidas nos exemplos em que os pronomes são pseudoanafóricos. A sentença em (1) é o exemplo prototípico desse contexto. Em contraste, a sentença em (2) é geralmente julgada como inaceitável (e, por extensão, agramatical), mas parece contar com os mesmos elementos de (1), visto que o verbo também é transitivo e o pronome pseudoanafórico estaria também na posição de objeto, sendo comandado por seu antecedente.

(2) *João_i defendeu ele_i.

Tendo em vista o contraste entre sentenças em (1) e (2), este trabalho visa responder sob quais condições sintáticas e semânticas os pronomes pessoais do PB podem ser pseudoanafóricos.³

³ O texto lidará com casos muito específicos e não tocará em questões adjacentes, como pronomes com interpretação reflexiva quando complementos de PPs, questão pesquisada, por exemplo, em Menuzzi (1999).

Para responder a essas perguntas, este texto está organizado da seguinte forma. A seção 2 apresenta abordagens anteriores sobre o tema. Nossa proposta, especificamente, desenvolve-se nas seções 3 e 4. A seção 3 discorre sobre semelhanças semânticas entre os pronomes pseudoanafóricos do PB e anáforas quasi-reflexivas, que são um subtipo de anáforas encontradas nas línguas do mundo. A discussão da seção nos leva a concluir que a semelhança é, de fato, só semântica, porque as anáforas quasi-reflexivas se comportam de acordo com o Princípio A em termos de localidade, o que não é o caso dos pronomes pseudoanafóricos. A seção 4 discorre sobre os requisitos de localidade sintática desses pronomes, mostrando as condições específicas sob as quais elas acontecem. Finalmente, a seção 5 conclui o texto.

2. Abordagens anteriores: Lemle (1985) e Galves (1986)

Lemle (1985) investiga a diferença de aceitabilidade de (1) entre mineiros e cariocas, motivada pela leitura do trabalho de Moreira da Silva (1983). Para o primeiro grupo de falantes, a aceitabilidade dessa sentença é alta, enquanto para o segundo grupo parece ser baixa. Lemle (1985) argumenta que essa diferença pode ser explicada como uma diferença de especificação desse pronome nesses dialetos. No dialeto mineiro, *ele* seria um elemento anafórico, além de um pronome. Por outro lado, *ele* seria somente um pronome no dialeto carioca, já que não pode estar ligado a um antecedente na oração que o contém. A possibilidade de um pronome perder parte da sua especificação de traços-phi, segundo a pesquisadora, seria um reflexo de uma tendência mais geral de enfraquecimento da flexão do PB. Assim como a flexão do PB perdeu sua especificação de pessoa em uma série de contextos, pronomes de 3ª pessoa, no dialeto mineiro, teriam perdido seus traços de pessoa também. Esse pronome seria, portanto, fraco como uma anáfora e precisaria de um antecedente.

Charlotte Galves responde a essa hipótese em um artigo de 1986. Como Galves observa, *ele* é ambíguo na sentença (1). Isto é, a sentença tem duas leituras possíveis que podem ser parafraseadas da seguinte forma: (i) João viu a si mesmo no espelho; (ii) João viu outra pessoa – também do sexo masculino – no espelho.

Anáforas (como *se*) não são ambíguas entre as duas leituras, portanto, seja qual for a especificação de *ele* em (1), tal elemento não corresponde a uma anáfora.

Galves (1986) ainda oferece o exemplo em (3), em que o elemento *ela* é também ligada na mesma cláusula que o contém. Ao contrário de (1), (3) é mais bem aceito por falantes de outros dialetos (incluindo paulistas e cariocas) embora apresente os mesmos elementos estruturais relevantes de (1a): um pronome ligado a um antecedente na mesma oração. A única diferença nesse caso é o fato de o antecedente - PRO, que é sujeito da oração infinitiva - ser nulo. Ou seja, a maior aceitabilidade de (3) sugere que a diferença de julgamento de (1) entre os dialetos não é gramatical.

(3) Maria_i fez a lista de convidados, mas esqueceu de incluir ela_i.

(GALVES, 1986:252)

Há, antes, algum fator de aceitabilidade – possivelmente o antecedente ser expreso ou não – influenciando nos julgamentos das sentenças. Isso é corroborado por falantes de vários dialetos que aceitam sentenças como (1).⁴

Galves apresenta, então, sua análise: os pronomes de 3^a pessoa em (1) e (3) não seriam casos de anáfora, mas de um pronome que se refere ao tópico da sentença. Como o PB é uma língua de tópico, de acordo com essa análise, o pronome pode se referir a um tópico (discursivo) presente na sentença. Se o sujeito é também correferente com o tópico, haverá um caso de correferência acidental entre o pronome na posição de objeto e a expressão referencial na posição de sujeito. Isso é esquematicamente mostrado em (4), uma reprodução de Galves (1986:255).

⁴ Embora a discussão inicial tenha se desenvolvido como uma questão dialetal, isso não parece ser de fato o que observamos hoje em dia. Como Varaschin (2021) hipotetiza, a gramaticalidade dessas sentenças parece ser expressiva pelo menos entre falantes escolarizados do Centro-sul do Brasil.



No entanto, se a leitura pseudoanafórica para o pronome fosse possível tão somente pela possibilidade de leitura correferencial do sujeito e do objeto com um tópico, como prevê Galves, ou pela possibilidade de o pronome não ter traço de pessoa, como prevê Lemle, não explicaríamos a sensibilidade ao predicado que essa leitura tem visto que (2) é inaceitável para todos os falantes. Na seção 3, as características semânticas do pronome em uso pseudoanafórico são pesquisadas.

3. Propriedades semânticas do pronome pseudoanafórico

3.1. Pronomes pseudoanafóricos têm identidade parcial com o seu antecedente

Algumas propriedades semânticas de pronomes pseudoanafóricos assemelham-se bastante às de uma subclasse de anáforas presentes em algumas línguas, como já notado em Carvalho (2019). Essa subclasse é composta de anáforas que são usadas para denotar uma representação aproximada, mas não idêntica, do antecedente. Esses casos foram documentados sob o nome de quasi-reflexivos (LIDZ, 2000, 2001), leituras *proxy* (REULAND, 2001) e regra da estátua (JACKENDOFF, 1992). Embora os nomes usados e as abordagens sejam diferentes, os três trabalhos têm em comum o fato de notarem que há alguns tipos de anáforas nas línguas do mundo que podem ser usadas para veicular a representação aproximada.

Lidz (2000, 2001), especificamente, identificou uma subclasse dessas anáforas na língua Kannada. Essa subclasse é morfologicamente distinta da anáfora usada para veicular identidade total entre a anáfora e seu antecedente. Com base em dados dessa língua, o autor propõe, então, que, do ponto de vista semântico, é possível encontrar dois tipos de reflexivos nas línguas: quasi-reflexivos (no original, ‘near-reflexives’), que se constroem a partir de uma

representação de seus antecedentes, e reflexivos puros (no original, ‘pure-reflexives’), que mantêm identidade total com seu antecedente. Anáforas quasi-reflexivas se comportam, em grande parte, como nomes e pronomes, no sentido de serem frouxamente relacionadas aos seus antecedentes. Anáforas reflexivas puras, por outro lado, têm identidade total com o antecedente.

Essa diferença é exemplificada nos dados da língua Kannada, em (5), abaixo. Esses dados se baseiam em um dos contextos criados em Jackendoff (1992): O cantor Ringo visita um museu em que há uma representação sua feita de cera.

- (5) a. Ringo tann-annu boolis-i-koND-a
 Ringo mesmo-ACC barbear-PP-REFL.PST-3SM
 'Ringo se barbeia'
 (Ringo barbeia a si mesmo; *Ringo barbeia a sua estátua)
- b. Ringo tann-annu-taane boolis-id-a
 Ringo mesmo-ACC-mesmo barbear-PST-3SM
 'Ringo se barbeia.'
 (Ringo barbeia a si mesmo, Ringo barbeia a sua estátua)
- (LIDZ, 2000, p. 233)⁵

Como (5) mostra, se quisermos dizer que Ringo barbeia a si mesmo na língua Kannada, usaremos a anáfora *tann-annu*, exemplificada em (5a). A expressão *tann-annu* é uma anáfora que pressupõe total identificação entre o antecedente e a anáfora, portanto só pode ser usada quando falamos do Ringo real barbeando a si mesmo e não sua estátua. Se quisermos falar que Ringo barbeou a sua estátua de cera, temos de usar a anáfora complexa que existe na língua – *tann-annu-taane* -, como em (5b), já que essa forma não requer identidade total entre o referente do antecedente e da anáfora.

Essas diferenças entre as anáforas podem ser representadas da seguinte forma, em que P significa predicado.

⁵ Glosas, traduções e paráfrases minhas. As glosas gramaticais do autor foram mantidas e expressam os seguintes conteúdos gramaticais: ACC=acusativo; PP=sintagma preposicional; REFL.PST-3SM = morfema com informação reflexiva, de passado e de 3ª pessoa do singular e masculino.

(6) a. $\lambda x [P(x,x)]$

b. $\lambda x [P(x, f(x))]$

(LIDZ, 2000:234)

(6a) corresponde à representação das anáforas reflexivas puras: o argumento que a anáfora representa é idêntico ao seu antecedente. (6b) representa as anáforas quasi-reflexivas, já que elas tomam o antecedente como input e retornam um elemento que é representacionalmente relacionado a ele, como uma estátua do Ringo, por exemplo.

Lidz (2000) também mostra que a diferença entre esses dois tipos de anáforas é evidenciada em contextos de elipse. Enquanto anáforas reflexivas puras só aceitam leitura frouxa (*sloppy*, no original), anáforas quasi-reflexivas aceitam leituras estritas e frouxas (*strict* e *sloppy*, no original), como era de se esperar a partir da representação em (6).

Podemos testar como um pronome pseudoanafórico se comporta nos contextos relevantes em relação a essas duas leituras. O pronome em (7) pode ter leitura tanto estrita quanto frouxa. Isso é o que esperaríamos já que, como um pronome, pode ser usado como uma variável ligada ou como um dêitico.

(7) João ouviu ele no rádio mais vezes que o Pedro.

Interpretação 1: João ouviu ele no rádio mais vezes que o Pedro ouviu ele no rádio (ele=João)

Interpretação 2: João ouviu ele no rádio mais vezes que o Pedro ouviu ele (ele=Pedro).

Como dito, essa diferenciação de dois tipos de anáforas no trabalho de Lidz se inspira no trabalho de Jackendoff (1992), que discute os contextos semânticos em que as anáforas do inglês podem ser usadas em contextos de representação do antecedente (isto é, em contextos em que não há identidade total com o antecedente). Um exemplo desses contextos pode ser visto na sentença em (8), em que Ringo não está tirando a própria roupa e sim de uma estátua que o representa.

(8) All of a sudden Ringo started undressing himself.

(JACKENDOFF, 1992:4)

Como Jackendoff (1992) observa, a anáfora inglesa não pode ser usada como uma representação do antecedente irrestritamente. Os contextos em que isso é possível se circunscrevem a “uma classe de nomes que denota objetos físicos com algum tipo de representação visual (figura, retrato, estátua, fotografia) ou, ainda, alguma representação audível (fita, gravação, CD)” (JACKENDOFF, 1992:11)⁶

Se levarmos em conta os contextos em que o pronome pode ser pseudoanafórico no PB, veremos que há uma semelhança com as classes descritas por Jackendoff. Isso é particularmente claro nos exemplos (1) e (7), repetidos abaixo como (9) e (10).

(9) João_i vê ele_i no espelho. (=1)

(10) João_i ouviu ele_i no rádio mais vezes que o Pedro. (=7)

Em (9), o que o João efetivamente vê no espelho é uma representação visual sua. Em (10), João ouve uma representação audível sua. O dado em (11), uma repetição de (3), também pode ser tomado como um caso de representação do antecedente, já que não há uma inclusão de Maria ela mesma, mas sim de seu nome em uma lista, por exemplo.

(11) Maria_i fez a lista de convidados, mas esqueceu de incluir ela_i. (=3)

Estando esse critério semântico no caminho certo, podemos aventar que esse é o motivo pelo qual a sentença *João_i defendeu ele_i*, em (2), acima, é julgada como inaceitável. Não há como o pronome ser pseudoanafórico nessa sentença, uma vez que ele não pode ser uma representação do seu antecedente na presença

⁶ No original: “...a semantically delimited class of nouns that denote physical objects containing either visual representations (picture, portrait, statue, photograph) or auditory representations (tape, record, CD).”

de um predicado como *defender*, em que não há nenhum tipo de representação mental/audível.

Apesar de pronomes pseudoanáforicos terem em comum a relação de identidade parcial com o antecedente, eles não se comportam como anáforas quasi-reflexivas do ponto de vista sintático.

Exploremos novamente os dados do Kannada para exemplificar isso. Lidz (2001) propõe a Condição R, que regula a distribuição de anáforas de acordo com suas características semânticas. Ela pode ser exemplificada com os dados em (5), aqui repetidos como (12).

- (12) a. Ringo tann-annu boolis-i-koND-a
 Ringo mesmo-ACC barbear-PP-REFL.PST-3SM
 'Ringo se barbeia'
 (Ringo barbeia a si mesmo; *Ringo barbeia a sua estátua)
- b. Ringo tann-annu-taane boolis-id-a
 Ringo mesmo-ACC-mesmo barbear-PST-3SM
 'Ringo se barbeia.'
 (Ringo barbeia a si mesmo, Ringo barbeia a sua estátua)
- (LIDZ, 2000:233)

(12) mostra que, aparentemente, anáforas puras como *tannannu* e anáforas quasi-reflexivas, como *tannannutaanne* têm a mesma distribuição sintática na língua: ambas ocorrem no mesmo predicado que seu antecedente. Todavia, há uma diferença crucial no licenciamento de ambas no mesmo predicado. Em (12a), há a presença de um sufixo reflexivizador no verbo; em (12b) esse sufixo é ausente. A anáfora pura somente é licenciada no mesmo predicado que seu antecedente na presença desse sufixo. A anáfora quasi-reflexiva, por outro lado, só é licenciada no mesmo predicado que seu antecedente na ausência do prefixo. A que se deve essa diferença? À Condição R. Essa condição, traduzida por nós, aparece formalizada em (13) e enuncia que, se um predicado é semanticamente reflexivo, ele também será morfologicamente marcado como reflexivo.

- (13) Condição R: $[P(x,x)] \leftrightarrow (\theta_1 = \theta_2)$
 Semântica Papel temático (LIDZ, 2000:236)

Mais especificamente, (13) explica por que, uma vez que o sufixo reflexivo é adicionado ao verbo, somente a anáfora pura pode ser licenciada. É essa anáfora que traduz a semântica de identidade entre os dois argumentos. A anáfora quasi-reflexiva, por outro lado, é usada quando não há indicação morfológica de reflexividade no verbo. Dessa forma, não há um requerimento pelo predicado de que os dois argumentos sejam idênticos e *tannannutaane* pode, então, ser licenciada no mesmo predicado que seu antecedente.

No português, somente o clítico *se* pode ser usado para marcar a identidade total de uma anáfora com o seu antecedente, embora ele possa, também, ser usado em contextos quasi-reflexivos.⁷ Assim, somente esse clítico *se* comporta de acordo com a Condição R. Os pronomes pseudoanafóricos, embora guardem semelhanças com uma anáfora quasi-reflexiva do ponto de vista semântico, não podem ocorrer no mesmo predicado que seu antecedente como veremos, mais detalhadamente, na seção seguinte.

Além disso, devemos manter em mente que um dos fatores impeditivos para que os pronomes pseudoanafóricos sejam analisados como anáforas é o fato de eles serem dêiticos, como Galves (1986) já observou. Por isso, embora haja uma semelhança entre anáforas quasi-reflexivas e o comportamento semântico de pronomes pseudoanafóricos, esses dois elementos podem não ter uma distribuição igual, já que os últimos referem a elementos no mundo.

4. Distribuição sintática de pronomes pseudoanafóricos

Nesta seção, vamos discutir as posições sintáticas em que o pronome pseudoanafórico deve ocorrer. A configuração em que esse pronome aparece é esquematizada em (14), em que representamos um predicado P com dois argumentos: DP e YP. DP é o elemento que serve de antecedente para o pronome pseudoanafórico. O outro argumento de P é o constituinte YP, que é ou um VP ou

⁷ Nesse ponto, o clítico *se* comporta-se tal como as anáforas do inglês, que possuem as duas funções sem que haja nenhuma marcação morfológica no verbo, como vimos no exemplo em (8).

uma minioração, como mostraremos abaixo. Nos casos examinados, o pronome pseudoanafórico é licenciado dentro desse complemento YP. Ou seja, ele não pode ser um coargumento do seu antecedente.

(14) Configuração sintática em que um pronome é pseudoanafórico (a ser reformulada):

DP P_{YP}[...ele]

De acordo com a análise de autores resenhados nas seções 1 e 2 deste artigo, o pronome pseudoanafórico e seu antecedente podiam ser argumentos do mesmo predicado. Esses dados serão, então, revisitados à luz do que (14) propõe.

O primeiro conjunto de dados que exemplifica essa estruturação sintática aparece em (15), em que o verbo seleciona uma pequena oração.

(15) Verbos que selecionam uma pequena oração⁸

- a. O João vê ele fiel à Maria por toda a vida.
- b. A Maria viu ela grávida (num sonho).
- c. João viu ele na TV.
- d. A Maria estranhou ela cansada.

Em (15a), por exemplo, os argumentos do predicador *ver* são O *João*, como argumento externo, e a pequena oração *ele fiel à Maria* como argumento interno. Em uma análise de pequena oração, o pronome *ele* não é coargumento de João e isso parece crucial para a leitura pseudoanafórica que esse pronome pode ter na sentença.

⁸ Os exemplos (15b), (15c) e (15d) foram fornecidos por Patrícia Rodrigues em comunicação pessoal, a quem agradecemos.

Os complementos dos verbos de percepção em (15a) e (15b) não deixam dúvidas de que são pequenas orações, já que exemplificam uma característica típica desse tipo de constituinte: a retirada de um dos subconstituintes da minioração acarreta mudança de significado ou agramaticalidade em relação à sentença original. Isso pode ser exemplificado como (15a): *João vê ele*, em uma leitura em que *ele* e *João* são correferentes é agramatical, diferentemente de uma sentença bem-formada como *João vê ele fiel à Maria*. A mesma análise pode ser facilmente dada para a sentença em (15c): enquanto *João viu ele* é, também, agramatical na leitura relevante, *João viu ele na TV* é bem-formada.

Todavia, (15c) apresenta uma complicação de análise adicional: a sequência *ele na TV* poderia, à primeira vista, ser analisada como constituindo-se do objeto direto [*ele*] e um adjunto verbal [*na TV*]. Tal análise levantaria problemas para a restrição de configuração sintática que postulamos como operativa em sentenças com pronomes pseudoanafóricos. Além disso, tal análise levantaria uma questão adicional: por que o pronome pseudoanafórico necessitaria de um adjunto adverbial para que a leitura relevante aparecesse?

Uma possibilidade de descarte dessa análise alternativa – de que *na TV* seria um adjunto adverbial – é o uso de algum teste mostrando que há um domínio oracional em [*ele na TV*]. Afinal, pequenas orações são assim chamadas por terem uma articulação entre sujeito e predicado compatível com a estrutura oracional, embora não possuam elementos funcionais como concordância e tempo.

Como se nota em (16a), *frequentemente* pode modificar somente a sequência *ele na TV*, indicando a presença de uma projeção funcional compatível com esse advérbio, tal como em pequenas orações. Isso também ocorre em (16b), em que *nunca* modifica a oração principal, enquanto *frequentemente* modifica a pequena oração. Não há contradição nesse caso porque os advérbios de frequência estão modificando domínios oracionais diferentes.

(16) a. João vê ele frequentemente na TV.

b. João nunca vê ele frequentemente na TV.

Também é possível mostrar isso do ponto de vista semântico. Rodrigues e Rochette (2005) mostram que há duas possibilidades de leitura para os complementos de verbos de percepção: leituras concretas ou imaginativas. A sentença em (17), por exemplo, exemplifica a leitura concreta em que a pessoa presencia a cena em que o João toca violão. Em contraste, a sentença em (18) é ambígua e pode ser usada no mesmo contexto que (17), mas também em um contexto adicional, em que a pessoa imagina ou prevê que João tocará violão.

(17) Eu estou vendo João tocar violão. (concreta)

(18) Eu estou vendo João tocando violão. (concreta e imaginativa)

Rodrigues e Rochette (2005) argumentam que os complementos de verbos de percepção com leitura imaginativa, sejam eles pequenas orações ou orações gerundivas, como vemos em (19), não possuem uma relação de acarretamento com uma sentença similar. (19a) só acarreta (19b) sob uma leitura concreta – em que a pessoa efetivamente vê o cachorro correndo. Na leitura imaginativa, não há acarretamento entre essas duas sentenças.

(19) a. Ele pode ver o cachorro correndo.

b. Ele pode ver o cachorro. (RODRIGUES; ROCHETTE 2005:1120)

O mesmo se observa nos dados em (20), em que não há acarretamento entre os pares (a-d) e (a'-d').

(20) a. João viu ele no espelho. \models a'. João viu ele.

b. O João vê ele fiel à Maria por toda a vida. \models b'. João vê ele.

c. A Maria viu ela grávida (num sonho). \models c'. A Maria viu ela.

d. A Maria estranhou ela cansada. \models d'. A Maria estranhou ela.

Note que os pronomes não possuem mais leitura pseudoanafórica nas contrapartes em a'-d'. Consequentemente, as sentenças (20a'-20d') têm leitura concreta. A impossibilidade de acarretamento entre os pares em (20) é um argumento semântico para que os complementos dos verbos de percepção sejam analisados como pequenas orações. Crucialmente, os pronomes pseudoanafóricos, nesse caso, não são argumentos dos predicadores *ver* e *estrnhar*, mas sim parte da pequena oração, que é o argumento interno desses predicadores, conforme previmos na condição sintática acima.

Consideremos, agora, os dados em (21), em que pronomes pseudoanafóricos estão em uma oração não finita.

(21) a. Maria ouviu ela cantando no rádio.

b. Maria fez a lista de convidados, mas esqueceu de incluir ela. (= 3 e 8)

O exemplo (21a) não difere muito dos exemplos anteriores no sentido de que *ela* não é o objeto direto do verbo, mas é, na verdade, parte desse objeto. A impossibilidade de coargumentalidade entre o pronome pseudoanafórico e seu antecedente, nesse caso, também foi respeitada. (21b), por outro lado, parece ser um caso que não respeita a restrição em (14), já que a oração relevante, à primeira vista, corresponderia à seguinte sequência:

(22)... mas *pro* esqueceu de PRO incluir ela.

Sendo essa a representação para a sentença, PRO e *ela* estariam no mesmo domínio (menor oração com sujeito especificado) e seriam, assim, coargumentos. Todavia, *esquecer de incluir* funciona como um predicado de reestruturação, caso em que há só um TP para um complexo verbal (cf. CINQUE, 2004, entre outros). Predicados de reestruturação têm impossibilidade de independência temporal, que pode ser demonstrada pela agramaticalidade de um dado como (23), abaixo.

(23)*Mas esqueceu ontem de incluir ela hoje...

A representação adequada, então, é a que se vê em (24), em que *ela* e seu antecedente *pro* não são coargumentos. Isso, mais uma vez, corrobora nossa hipótese de que pronomes pseudoanafóricos não aparecem em contextos de coargumentalidade.⁹

(24) Mas *pro* esqueceu [_{vp} de incluir ela].

Varaschin (2021:325) argumenta contra essa restrição de coargumentalidade, inclusive discutindo o exemplo em (21b), para o qual demos uma análise de predicado de reestruturação, ainda que sem aventá-la. Além desse exemplo, que já recebeu uma análise aqui, consideremos exemplos tomados pelo autor como contra-argumentos a essa hipótese.

(25) a. Quem o Paulo viu no espelho?

b. O Paulo viu ele.

(VARASCHIN, 2021:325)

Se levarmos em conta o que se vê na superfície da sentença em (25b), de fato, não poderíamos falar que a condição em (14) é operativa. Todavia, a

⁹ Pode-se fazer a objeção de que, embora a oração *de incluir ela* não seja um TP ou CP, nada impede que haja um PRO em spec,vP. Sendo esse o caso, o pronome pseudoanafórico ainda estaria ligado ao seu antecedente em uma configuração de coargumentalidade.

Contudo, testes sintáticos podem mostrar que não há um argumento externo na sentença *de incluir ela*. Se usarmos um advérbio orientado para o sujeito, como em (i), veremos que ele só tem escopo sobre a oração principal e não sobre a subordinada. Como esse é um advérbio que modifica um elemento na posição de spec,vP, o escopo deveria ser ambíguo, isto é, o advérbio poderia tanto modificar *A Maria*, que está na posição de spec,vP da oração principal, quanto PRO em spec,vP da oração subordinada *de incluir ela*.

(i) A Maria esqueceu de incluir ela propositalmente.

A título de comparação, considere a sentença em (ii), em que sabidamente há um PRO na sentença subordinada.

(ii) A Maria quer comer o hambúrguer propositalmente.

Nesse caso, pode-se ter a interpretação tanto de que a Maria propositalmente quer comer o hambúrguer quanto ela quer propositalmente comê-lo. Em outras palavras, em uma interpretação o querer é com propósito; em outra, o comer é com propósito.

necessidade de uma pergunta antes, em que haja um PP, já deixa clara a importância do PP para que o pronome seja lido como pseudoanafórico.

Sem essa pergunta, a sentença em (25b) seria agramatical na leitura relevante. Se o dado em (25b) é tomado como um exemplo em que o pronome pseudoanafórico ocorre no mesmo predicado que seu antecedente, o dado em (26b) deve ser tomado como um exemplo de uma sentença em que o verbo *ver* não tem seus argumentos saturados e aparece somente como um verbo flexionado.

(26) a. O Paulo viu o dinheiro na mesa?

b. Viu.

Na verdade, contextos como o de (26) se prestam muito facilmente a uma análise de elipse (cf. MARTINS, 1994). Sendo as elipses tão frequentes em respostas a perguntas, não há razões para analisarmos a resposta em (25b) como uma excepcionalidade. O mesmo argumento pode se fazer em relação ao exemplo (27), também dado por Varaschin (2021) como um argumento à nossa hipótese em Carvalho (2019).

(27) Quando eu mostrei a foto para os meus amigos, o Pedro não reconheceu ele. (VARASCHIN, 2021:325)

De fato, não há um PP na sentença principal (*O Pedro não reconheceu ele*), mas há indicação de que ele esteja oculto e que seja construído a partir do objeto da oração subordinada. Isso pode ser visto no exemplo em (28), que apresenta uma pequena mudança em relação à (27). Se mudarmos um pouco a oração subordinada, substituindo o constituinte *a foto* por *o carro*, já é impossível que o pronome pseudoanafórico na sentença principal mantenha a mesma interpretação que tem em (27). Como (28) mostra, a mudança de *a foto* para *o carro* leva a uma outra interpretação de *reconhecer*, não compatível com a leitura imaginativa desse verbo, que demandaria uma minioração como complemento.

(28) Quando eu mostrei o carro para os meus amigos, o Pedro não reconheceu ele. (ele = o carro, *ele = o Pedro)

A definição em (14), que diz respeito a um banimento de coargumentalidade entre o antecedente e o pronome pseudoanafórico, já dá conta de muitos dos casos.¹⁰ No entanto, é possível refiná-la ainda mais, como fazemos na seção 4.2.

4.2. Refinando a condição de localidade e explorando suas consequências

Inicialmente, o dado em (29), colhido em uma rede social, pode ser analisado da mesma forma que analisamos (21b), além de apresentar outras características dignas de nota, como um pronome *que*, a rigor, é de 2ª e não 3ª pessoa.

(29) Se vocês puderem filmar vocês fazendo a atividade, por favor, publiquem...¹¹

Em (29), o pronome pseudoanafórico faz parte de uma oração gerundiva complemento do verbo *filmar*. Isto é *vocês* está dentro da oração *vocês fazendo a atividade* e, por isso, se encaixa no mesmo molde das análises que demos para os outros dados anteriores.

Todavia, consideremos uma versão adaptada de (29), exemplificada em (30), que permite o refinamento da condição em (14).

(30) Se vocês puderem filmar vocês enquanto estiverem correndo, por favor, publiquem.

¹⁰ Para uma discussão experimental de que há um banimento de ligação local de *ele* no PB, consulte Bertolino e Grolla (2012).

¹¹ Sentença extraída de: <https://www.facebook.com/alexandre.luis.ritter/videos/3194412047283377/UzpfSTE3NzkyODcyNTk6MTAyMDc4MDk2MTg4NzY2MjY/> Último acesso: 22/06/2020, às 16h29min

Um modal como *poder* pode ser ambíguo (ou vago, dependendo da abordagem) entre uma leitura deôntica ou epistêmica. De acordo com Brennan (1993), a diferença entre esses modais não está somente na leitura semântica, mas no próprio comportamento sintático em relação a vários aspectos, incluindo o sujeito. De forma geral, os modais epistêmicos comportam-se como verbos de alçamento e os modais deônticos, como verbos de controle, isto é, estes selecionam um argumento externo. Isso é exemplificado a partir da análise da expressão idiomática em (31), inspirada nas assunções de Brennan (1993).

(31) A vaca pode ir pro brejo. (^{OK}leitura epistêmica, *leitura deôntica)

Leitura epistêmica: é possível que a vaca vá para o brejo.

Leitura deôntica: *a vaca tem permissão para ir ao brejo.

Considerando que a derivação da expressão idiomática se inicia a partir da oração [*a vaca ir pro brejo*], na leitura epistêmica há um alçamento do argumento externo do verbo *ir* para uma posição acima do modal.

Na leitura deôntica, o constituinte [*a vaca*] já seria interpretado como argumento externo do modal, o que explica a má-formação da sentença. Sob essa interpretação, não houve uma articulação entre os constituintes [*a vaca*] e [*ir pro brejo*] em nenhum ponto da derivação sintática, condição essencial para que a leitura não composicional apareça.

Com isso em mente, podemos voltar à discussão do exemplo em (30). Caso a interpretação que se dê ao modal *poder* em (30) seja epistêmica, o pronome *vocês* nasceu na sentença infinitiva e foi alçado para o TP em que o verbo *poder* está, como resultado de atração pelo EPP da sonda T, com a qual interagiu para receber Caso. Se a interpretação dada ao modal for deôntica, *vocês* já nasce como um argumento externo do modal e nunca esteve no mesmo predicado que o pronome pseudoanafórico. As duas interpretações para o modal nos parecem possíveis no exemplo em (30).

Sendo esse o caso, a questão que se põe é se há um real banimento de coargumentalidade do pronome pseudoanafórico e seu antecedente, já que, na interpretação epistêmica do modal, o pronome pseudoanafórico e seu

antecedente são gerados no mesmo vP. Mais particularmente, a pergunta que se enuncia é a seguinte: há um real banimento de coargumentalidade entre o antecedente e o pronome pseudoanáforico ou há um banimento de que eles terminem a derivação no domínio de um mesmo núcleo?

Na interpretação epistêmica do modal em (30), o que parece crucial é que o antecedente e o pronome pseudoanáforico acabem a derivação em núcleos sintáticos diferentes, mesmo que os dois tenham começado no mesmo vP, um como especificador dele e outro como complemento. Refinamos, assim, a condição em (14), repetida abaixo como (32).

(32) Configuração sintática em que um pronome é interpretado como um elemento pseudoanáforico (versão intermediária): o pronome pseudoanáforico deve, ao final da derivação, estar em uma projeção máxima diferente do antecedente.

Essa condição parece extremamente arbitrária do ponto de vista sintático. Se interpretarmos (32) sintaticamente, teríamos de postular que o pronome pseudoanáforico tem algum traço que o impede de estar na mesma projeção máxima do seu antecedente. Não vemos razão para isso, já que, ao que tudo indica, a leitura pseudoanáforica é um epifenômeno ligado à semântica do verbo (de representação ou de imaginação) e a uma configuração sintática específica. Cabe-nos, então, entender como o fato de o pronome pseudoanáforico e seu antecedente deverem estar no domínio de projeções máximas diferentes ao final da derivação contribui para esse epifenômeno.

Propomos que o pronome pseudoanáforico e seu antecedente não podem estar em uma mesma projeção ao final da derivação porque há uma expressão que cumpre melhor esse papel em um contexto local: a anáfora. Em suma, o vP/TP avaliado como reflexivo nas interfaces não pode ter uma expressão ambígua como um pronome em leitura pseudoanáforica, que é ao mesmo tempo potencialmente referencial e anafórica, já que há uma expressão específica para a leitura reflexiva na língua, a anáfora *se*.

Quando há só um evento indistinto – sem presença de miniorações, verbos aspectuais ou verbos de alçamento que contribuiriam com nuances

interpretativas para o evento –, anáforas e pronomes competem. Contudo, se houver mais projeções intervenientes entre a anáfora e seu antecedente, configurando um evento complexo, outros elementos semânticos entram em jogo. Não é mais só um evento indistinto avaliado, e anáforas e pronomes pseudoreflexivos podem ocorrer intercambiavelmente para os falantes que possuem a interpretação pseudoreflexiva para o pronome.

Temos, então, uma questão mais interpretativa e não puramente sintática em jogo, que já foi observada em sentenças envolvendo pronomes mesmo em línguas que não possuem as alternativas discutidas aqui (REINHART, 2006, SAFIR, 2014). Em suma, a condição em (32) é uma condição de boa formação que é avaliada pós-sintaticamente.

Explorada a natureza de (32), devemos ainda esmiuçar mais uma propriedade de localidade observada nos exemplos, para que cheguemos a uma versão final dela: o antecedente e o pronome pseudoanafórico devem estar na mesma fase forte.

Para Chomsky (2001), fases são pontos proposicionais da derivação sintática. Isto é, pontos em que a derivação possui propriedades de independência (tanto interpretativas quanto fonéticas) suficientes para ser mandada para *spell-out*. Nessa definição de fase, CPs, que guardam as informações ilocucionárias da sentença, e vPs de verbos transitivos são os elementos que constituem fases fortes. Chomsky se refere a essas duas projeções – CPs e vPs – como fases fortes e deixa em aberto a possibilidade de existirem fases fracas, isto é, projeções máximas que não possuem as mesmas propriedades, não sendo proposicionais, por exemplo.

Como os exemplos anteriores mostram, é possível que o pronome pseudoanafórico esteja em outra oração, como em (29), repetido abaixo como (33), exemplifica. Nesse caso, *vocês fazendo a atividade* pode ser considerado um domínio oracional, mas é defectivo porque não possui independência temporal e ilocucionária, as quais são herdadas do núcleo de fase C (CHOMSKY, 2008).

(33) Se vocês puderem filmar vocês fazendo a atividade, por favor,
publiquem.

Qualquer tentativa de transformar a sentença [*vocês fazendo a atividade*] em uma fase forte impedirá a leitura pseudoanafórica do pronome, como se observa em (34).

(34) Se *vocês*₁ puderem filmar quando *vocês*₂ fizerem a atividade, por favor, publiquem.

Em (34), a oração *quando vocês fizeram a atividade* possui características de uma fase forte: essa sentença tem tanto um tempo próprio (futuro do subjuntivo), que difere do tempo da oração condicional a qual é subordinada, quanto um CP próprio, com o elemento *qu-* *quando* ocupando a posição de especificador desse CP. Nesse caso, é impossível a leitura pseudoanafórica do pronome por um motivo muito simples: o pronome *vocês*₁ faz parte de um evento diferente do pronome *vocês*₂ e a leitura anafórica ocorre quando os elementos fazem parte de um mesmo evento. Por isso, a leitura pseudoanafórica só ocorrerá quando os elementos fazem parte do mesmo CP, mesmo que estejam associados a núcleos eventivos diferentes. Estar sob o mesmo CP significa que os dois pronomes participam de eventos contíguos que podem se sobrepor parcial ou totalmente e permitem, assim, uma leitura de identidade parcial, característica de sentenças com pronomes pseudoanafóricos. É isso o que vimos no caso da sentença (30), repetida abaixo como (35). Em uma interpretação epistêmica, os dois elementos fizeram parte do mesmo vP inicialmente na derivação. Todavia, o alçamento de *vocês* para o TP do verbo *poder* adiciona mais uma camada interpretativa ao evento. *Vocês*₁ e *vocês*₂ participam de partes diferentes do mesmo evento: *vocês*₁ participa da parte modal; *vocês*₂ da parte acional, permitindo a interpretação pseudoanafórica de *vocês*₂

(35) Se *vocês*₁ puderem filmar *vocês*₂ enquanto estiverem correndo, por favor, publiquem.

Uma oração como (36), todavia, seria descartada pelas interfaces. Nesse caso, *vocês*₁ se move para outra projeção (spec,TP) no curso da derivação, mas é

ainda parte do mesmo evento que será avaliado nas interfaces, visto que não há outros verbos que contribuam com interpretações adicionais ao evento. Em outras palavras, (36) exemplifica o *locus* da competição entre anáforas e pronomes em PB, já que há só um evento indistinto dentro do mesmo CP.

(36) Se vocês₁ filmaram vocês₂, por favor, publiquem.

Com essa discussão, fica mais clara a distribuição sintática de pseudoanáforas. À primeira vista, essa distribuição parece arbitrária, já que o sistema computacional não conta projeções para decidir se uma expressão pode ser concatenada ou não em um ponto da derivação. Contudo, argumentamos aqui que essa distribuição é, na verdade, um reflexo de um fenômeno interpretativo: o pronome pseudoreflexivo deve focar um subevento de um evento complexo. Isso se traduz, na sintaxe, por projeções diferentes. No entanto, como o pronome pseudoreflexivo e seu antecedente devem participar do mesmo evento para terem uma leitura de sobreposição que se assemelha a de uma sentença reflexiva, eles devem fazer parte da mesma fase forte (CP).

Em (37), apresentamos a versão final da condição de localidade para o pronome com leitura pseudoanáforica, levando essa discussão em conta.

(37) Configuração sintática em que um pronome é interpretado como um elemento pseudoanáforico (versão final): o pronome pseudoanáforico deve estar na mesma fase forte que seu antecedente, mas deve focar uma parte diferente de um mesmo evento complexo. Para tanto, deve estar em uma projeção máxima diferente do antecedente pelo menos ao final da derivação.

Em suma, as intrincadas regras sintáticas e semânticas que foram associadas a essas sentenças não devem ser entendidas como regras que o sistema computacional segue para que essa leitura pseudoanáforica apareça. O que estamos descrevendo aqui é um epifenômeno que ocorre, muito provavelmente, em virtude das propriedades de pronomes pessoais do português brasileiro. Se

pronomes pseudoanafóricos tivessem uma especificação completa de traços-phi, não haveria razão para eles competirem dentro da fase com anáforas, que são, por definição, pouco especificadas em termos de traços-phi. Isso mostra que a hipótese inicial de Lemle (1986) não estava incorreta. No entanto, essa hipótese só pode ser avaliada corretamente quando a distribuição dos pseudoanafóricos é desvelada. O impacto da especificação dos pronomes em termos de traços-phi será explorada também em trabalhos futuros.

5. Conclusão

Este trabalho teve o objetivo de delinear as condições sintáticas e semânticas sob as quais pronomes do PB têm leituras que chamamos de pseudoanafóricas. O fato de chamar essas leituras de pseudoanafóricas já está em consonância com a semântica das sentenças: os pronomes estão sempre em um contexto de representação do antecedente. Eles são particularmente compatíveis com situações em que alguém se vê em uma foto, ouve-se no rádio ou algo do gênero. Esses são casos estereotipados desse uso pseudoanafórico dos pronomes, mas, como vimos, até predicados como *incluir* na acepção de *inclusão de alguém (=seu nome) em uma lista* também licenciam essa interpretação, já que um nome pode ser tomado como uma representação da pessoa.

Como vimos, essa característica semântica de representação do antecedente, de fato, é operativa em algumas línguas do mundo e distingue dois tipos de anáforas em algumas línguas, como o Kannada. Todavia, não podemos afirmar que pronomes em leitura pseudoanafórica sejam um tipo encoberto de anáforas quasi-reflexivas no PB, visto que todas as sentenças examinadas são ambíguas entre a leitura pseudoanafórica e a leitura dêitica do pronome, embora tenhamos focado somente na primeira leitura em virtude dos objetivos deste texto.

Essa observação semântica nos serviu, então, como ponto de partida para as distribuições sintáticas do pronome pseudoanafórico. Vimos que o pronome pseudoanafórico deve estar na mesma fase forte que seu antecedente, mas em projeções sintáticas separadas. Essa não parece ser uma restrição sintática *per se*,

inclusive porque não há problema se os dois argumentos – antecedente e pronome – começarem a derivação juntos, contanto que não terminem a derivação em posições sintáticas de uma mesma projeção. Essa constatação aponta para outras questões não tratadas neste texto, mas que serão exploradas na continuidade desse trabalho.

A primeira delas é que competição entre anáforas e pronomes no PB é extremamente local e possivelmente tem a ver com a avaliação de um TP/vP como exclusivamente reflexivo e nesse caso, somente a anáfora poderia contribuir para essa avaliação não ambígua. Uma vez que haja mais camadas entre o TP e o vP ou que haja um evento como complemento do vP, o pronome pseudoanafórico começa a se apresentar como uma possibilidade para os falantes que possuem essa leitura. Essas outras camadas sintáticas correspondem a subeventos de um evento complexo no mesmo CP.

Por fim, o detalhamento dessa condição de localidade acaba por mostrar indiretamente que o sistema computacional enxerga esse pronome como uma potencial anáfora em virtude de algumas de suas características. Do contrário, não haveria razão para a competição quando anafóras e pronomes estão em um mesmo evento simples, sem subeventos adicionais trazidos por pequenas orações e verbos modais. Anáforas são subespecificadas nas línguas. Isso se coaduna, então, tanto com a proposta básica de Lemle (1986) quanto propostas sobre a subespecificação radical de pronomes pessoais (NUNES, 2019, 2020), questões que não foram exploradas neste trabalho, mas que aparecem como o real elemento que propicia o surgimento da leitura pseudoanafórica e sua competição com a anáfora.

Referências

BERTOLINO, Karina G.; GROLLA, Elaine. O pronome " ele" está sujeito ao princípio B? Uma discussão sobre resultados experimentais. *Revista Linguística*, v. 8, n. 2, 2012.

BRENNAN, Virginia Mary. *Root and epistemic modal auxiliary verbs*. 1993. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Massachusetts Amherst, Amherst, 1993.

CARVALHO, Janayna. Is 'ele' an anaphor in Brazilian Portuguese? a study of small clause subjects. Handout apresentado no Workshop sobre sujeito e estrutura sentencial. 2019.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael. *Ken Hale (Org.): a life in language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.

CHOMSKY, Noam. On Phases. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos; ZUBIZARRETA, Maria Luísa(Orgs.). *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 133–166.

CINQUE, Guglielmo. Restructuring and functional structure. In: BELLETTI, Adriana (Org.). *Structures and beyond: The cartography of syntactic structures* (volume 3). Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 132-191.

GALVES, Charlotte. A interpretação "reflexiva" do pronome no português do Brasil. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 2, n. 2, p. 249-264, 1986.

JACKENDOFF, Ray. Mme. Tussaud meets the binding theory. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 10, n. 1, p. 1-31, 1992.

LEMLE, Miriam. Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 1, n. 1/2, p. 121-124, 1985.

LIDZ, Jeffrey. Anti-antilocality. In: COLE, Peter; HERMON, Gabriella; HUANG, C.-T. James (Eds.) *Long distance reflexives*. Brill, 2000. p. 227-254.

LIDZ, Jeffrey. Condition R. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 1, p. 123-140, 2001.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa,

MENUZZI, Sergio. *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) -Universiteit Leiden, Leiden, 1999.

MOREIRA DA SILVA, Samuel. *Études sur la symétrie et l'asymétrie SUJET/OBJET dans le Portugais du Brésil*. 1983. Tese (Doutorado em Linguística) - Université de Paris VIII, Paris, 1983.

NUNES, Jairo. Especificação morfológica de pronomes nominativos, concordância verbal e sujeitos nulos em português brasileiro. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 17, p. 4658-4672, jun. 2020.

REINHART, Tanya. *Interface strategies: Optimal and costly computations*. The Cambridge: MIT Press, 2006.

REULAND, Eric. *Anaphora and Language Design*. Cambridge: MIT Press, 2011.

RODRIGUES, Patrícia.; ROCHETTE, Anne. Os juízos tético e categórico e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, v. 34, p. 1117-1122, 2005

SAFIR, Ken. One true anaphor. *Linguistic Inquiry*, v. 45, n. 1, p. 91-124, 2014.

VARASCHIN, Giuseppe. *A Simpler Syntax of anaphora*. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2021.